

16. SEGURANÇA PÚBLICA: É PRECISO VONTADE POLÍTICA¹⁶

Nenhum país do mundo avança sem estar estribado no império da lei e da ordem. Preservar a ordem pública, garantir o cumprimento das leis e punir criminosos seriam, no Brasil, elementos do óbvio ululante se não fossem, na verdade, figurantes na ação de um Estado que deixa muito a desejar na garantia à integridade de seus cidadãos. Não é nenhuma novidade verificar que o País vive um clima de insegurança.

A Segurança Pública tem como prerrogativa o enfrentamento das questões sociais. É preciso, para tanto, o diálogo com essa sociedade, trazê-la para o interior da discussão e da vivência da segurança junto àqueles que têm de promovê-la. Quando secretário de Segurança Pública de São Paulo, fui responsável, por exemplo, pela implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança, que trouxeram a comunidade para conviver com a polícia. Também criei a Delegacia de Defesa da Mulher, que representava, à época, uma premência social bastante evidente.

Não se pode aventar a tarefa inarredável do Estado em combater a criminalidade sem falar, fundamentalmente, de investimento e eficiente aplicação de recursos. Dizer que é preciso investir na polícia parece óbvio, mas se trata de uma obviedade relegada ao plano do esquecimento no Brasil.

O policial brasileiro vai para a rua ganhando, no máximo R\$ 900,00, com 200 tiros de munição. Nos Estados Unidos, esse profissional ganha o equivalente a R\$ 4.500,00, com um preparo de pelo menos 3.000 tiros. Medidas que auxiliaram a segurança pública norte-americana ter sido incrementada, nos últimos dez anos, após a violência ter atingido números extremamente preocupantes naquele país. Investindo mais, estaremos mais preparados contra a impunidade. Para tanto, há que estruturarmos

um sistema permanente de combate e controle ao crime e às formas de violência que se disseminam na sociedade.

Além da participação da comunidade e do investimento generalizado nos aparatos de segurança, defendemos uma política de aplicação de recursos penitenciários mais condizente com a realidade nacional – cabe lembrar que, nos Estados Unidos, há 2 milhões de presos, enquanto o Brasil, com 180 mil, tem um déficit de 100 mil vagas; a implantação de programas mais sólidos e abrangentes por parte dos governos estaduais, incluindo gratificações e programas de motivação a policiais militares e civis; a integração, sempre que necessária, entre as ações do governo federal e as polícias estaduais; o redimensionamento das Forças Armadas, principalmente no apoio a missões especiais de combate ao crime organizado nas regiões de fronteira; e o reforço da Polícia Federal, que possui cerca de 8 mil homens. Estudos científicos comprovam a necessidade de pelo menos 30 mil. O ideal seria, portanto, um incremento de 22 mil ou 25 mil homens, fardados, que atuariam, também, nas fronteiras do País.

Em situações emergenciais de violência, são necessárias, é verdade, medidas emergenciais de combate ao crime. Mas não se pode virar os olhos para planos, a médio e longo prazo, que representem um salto qualitativo no tratamento da segurança pública no Brasil. É preciso, sobretudo, vontade política. Sair da toca da inoperância e alçar vôos para além das obviedades que emolduram os discursos prontos e se dissolvem no vazio demagógico são passos primordiais, mas de verdadeiros gigantes, para que o Brasil sustente seus anseios de crescimento com um mínimo indispensável de harmonia e segurança social.